



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Relatório de Auditoria Financeira



Federação Portuguesa de Vela

Período: 1 de Janeiro de 2015 a 30 de Setembro de 2016



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. METODOLOGIA.....	3
3. ORGANIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA	4
3.1. Natureza e Enquadramento Jurídico.....	4
3.2. Objeto e Objetivos.....	4
3.3. Órgãos Sociais.....	5
3.4. Organigrama Estrutural e Funcional.....	6
3.5. Organização Contabilística	6
4. CONTAS.....	8
4.1. Balanço Ativo.....	9
4.1.1. Análise da Evolução	9
4.1.2. Ativos Fixos Tangíveis	9
4.1.3. Clientes	11
4.1.4. Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros	11
4.1.5. Outras Contas a Receber	11
4.1.6. Caixa e Depósitos Bancários.....	14
4.2. Fundos Patrimoniais	14
4.3. Balanço Passivo	15
4.3.1. Fornecedores.....	15
4.3.2. Estado e Outros Entes Públicos.....	16
4.3.3. Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros	17
4.3.4. Financiamentos Obtidos.....	18
4.3.5. Outras Contas a Pagar	18
4.4. Demonstração de Resultados.....	24
4.4.1. Análise da Evolução	25
4.4.2. Gastos e Perdas	25
4.4.3. Rendimentos e Ganhos	32
4.5. Execução Orçamental.....	34
4.6. Circularização de Advogados.....	37
5. CONTROLO INTERNO.....	37
6. CONCLUSÕES	39
7. ANEXOS.....	41
APÊNDICE	43



1. INTRODUÇÃO

Fomos eleitos pela Assembleia Eleitoral de 20/10/2016, tendo sido solicitado pela Direção um análise das responsabilidades e direitos da FPV à data de 30/09/2016.

Os trabalhos decorreram durante o mês de novembro e dezembro de 2016, tendo havido a colaboração dos Serviços que nos apraz registar.

2. METODOLOGIA

A auditoria foi conduzida tendo por base os procedimentos e as normas definidas pela OROC.

Para análise do período proposto e partindo da organização administrativa e informática implementada na FPV, definimos como metodologia para a realização deste trabalho:

- Identificação e análise das rubricas mais significativas do balanço e da demonstração dos resultados, com base nos balancetes finais a 30 de Setembro de 2016;
- Análise dos saldos de terceiros devedores e credores por verificação documental e circularizações;
- Análise dos proveitos, validados internamente por comparação com a faturação, com os contratos-programa (IPDJ e COP), com os contratos de publicidade e patrocínio, com as tabelas de preços e das licenças desportivas, licenças de publicidade e montantes das quotas dos sócios;
- Análise dos custos por amostragem;
- Análise das reconciliações bancárias existentes, por comparação dos registos contabilísticos das contas de bancos com os extratos bancários e verificação documental;
- Cruzamento dos saldos terceiros credores com os gastos contabilizados;
- Cruzamento dos saldos de terceiros devedores com os proveitos contabilizados;
- Levantamento do sistema de controlo interno da FPV;



3. ORGANIZAÇÃO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE VELA

3.1. Natureza e Enquadramento Jurídico

A FPV é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos e tem sede social na Doca de Belém, Freguesia de Santa Maria de Belém, concelho de Lisboa.

A FPV está matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 1ª Secção, sob o número 221 de 28 de Março de 1996 e possui o número de identificação fiscal 501.265.880 na área do Serviço de Finanças de Lisboa nº 7.

A FPV possui o estatuto de Utilidade Pública Desportiva, pelo Despacho n.º 57/93, publicado no Diário da República, II Série, n.º 288, de 11 de Dezembro de 1993. Este estatuto esteve suspenso entre 01/06/2010 e 14/06/2011.

A FPV é regida pelo regime jurídico das federações desportivas, aprovado pelo Decreto-lei nº 144/93, de 26 de Abril, pelos seus Estatutos e pelo Regulamento Geral.

De acordo com a Lei 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), os Estatutos da FPV encontram-se atualmente em revisão. Para efeitos desta análise utilizámos os Estatutos aprovados 02/10/2012, retificados em 17/05/2011, alterados em 03/11/2014 e em 02/06/2016.

3.2. Objeto e Objetivos

De acordo com os atuais Estatutos em vigor (ratificados em Assembleia Geral de 17/05/2011), a FPV tem por objeto:

- a) Promover, regulamentar e dirigir, técnica e disciplinarmente, a nível nacional, a prática da Vela nas suas múltiplas formas.
- b) Representar, perante a Administração Pública, o Comité Olímpico de Portugal, o Comité Paralímpico de Portugal e outros organismos desportivos suprafederativos, o desporto da Vela e os seus Associados.
- c) Representar, como única Autoridade Nacional, a Vela portuguesa junto das organizações estrangeiras ou internacionais, designadamente na ISAF – International Sailing Federation.
- d) Promover, regulamentar e fiscalizar a seleção e a participação das representações da Vela portuguesa em competições internacionais e nos Jogos Olímpicos.



- e) Fomentar o associativismo como forma de desenvolvimento da modalidade.
- f) Promover, junto das entidades públicas e privadas, a obtenção de recursos ou de patrocínios necessários para a consecução dos seus fins.
- g) A FPV organiza-se e prossegue as suas atividades de acordo com os princípios da liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência, sendo independente do Estado, dos partidos políticos e das instituições religiosas.

3.3. Órgãos Sociais

A FPV é constituída pelos seguintes órgãos sociais:

	Órgão Social	Constituição
Órgãos eleitos em Assembleia Geral, em regime de listas únicas, por maioria simples, através de sufrágio directo e secreto	Assembleia Geral	Mesa: Presidente, Vice-Presidente e Secretário
	Presidente	Presidente
	Direcção	Presidente e nº impar de vogais
	Conselho Fiscal	Presidente, Relator (ROC), Secretário, Suplente (ROC)
	Conselho Disciplina	Presidente, 2 Vogais
	Conselho de Justiça	Presidente, 2 Vogais
Órgãos nomeados nos termos previstos no Regulamento Geral, por inerência das funções que desempenham nas respectivas Associações de Clubes de Vela ou de Classe	Conselho de Arbitragem	Presidente e nº par de vogais
	Conselho das Associações Regionais de Clubes de Vela	
	Conselho das Associações Nacionais de Classes de Vela	



Para o período de Outubro de 2016 a Setembro de 2020 os órgãos sociais nomeados são:

	Órgão Social	Membros
Órgãos eleitos em Assembleia Geral, em regime de listas únicas, por maioria simples, através de sufrágio directo e secreto	Assembleia Geral	Presidente: Júlio Francisco Miranda Calha Vice-Presidente: António Manuel Araújo Costa Secretário: António Paula da Mata
	Presidente	António Luís Parreira Holtreman Roquette
	Direcção	Vogal: Mariana Vaz Pinto Guimarães Lobato Fontes Vogal: João Leonardo Trindade Jesus Vogal: Afonso da Mota e Silva Themudo Vogal: Fernando Caamacho Barros Vogal: Pedro Miguel Côrte Moura Suplentes: Nuno Maria Figueira Rodrigues Leónidas e António José Ferreira Peters
	Conselho Fiscal	Presidente: José Pessanha Veigas Relator: José Maria Ribeiro da Cunha Secretário: Paulo da Silva Suplente: Raul Fernandes
	Conselho Disciplina	Presidente: Jorge Manuel Paula da Mata Vogais: José Filipe Dias Sousa Pacheco Alves e João Miguel de Sousa Condé
	Conselho de Justiça	Presidente: José Manuel de Almeida Archer Vogais: Miguel Artur de Castro Cancela de Abreu e José Carlos Carvalho Pestana de Vasconcelos
	Conselho de Arbitragem	Presidente: Armando Castro Goulart Branco Vogais: Francisco Maria Antunes Mourão, João Manuel Ermida Corrêa e Eurico Miguel Fernandes Teodoro

3.4. Organigrama Estrutural e Funcional

A estrutura interna da FPV não possui um organigrama formal para o período de análise deste relatório. Está prevista a apresentação, para aprovação pela Direcção, de um organigrama tipo departamental.

No ponto 4.4.2.2. identificamos o quadro de pessoal à data de referência deste relatório bem como são identificadas as principais funções desempenhadas.

3.5. Organização Contabilística

A contabilidade da FPV é executada nas instalações da FPV por um funcionário, o qual está encarregue de efetuar a classificação e proceder ao lançamento contabilístico mensal dos documentos no software Primavera.



A responsabilidade é da SQG- Serviços Qualidade e Gestão, Lda., em regime de avença que se faz representar pelo Contabilista Certificada Célia Vieira, responsável pelos serviços de acompanhamento e controlo da contabilidade. Estas informações foram obtidas junto dos Serviços da FPV, uma vez que não nos foi apresentado qualquer contrato na forma escrita.

A empresa referida também presta serviços relacionados com a gestão de tesouraria e o processamento de salários através da técnica Vanessa Costa (presente nas instalações da FPV uma vez por semana).

A contabilidade é elaborada conforme o Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL (Entidades do sector não lucrativo), aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, em vigor para os exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2012, e pela Portaria n.º 218/2015, de 23 de Julho.

Os documentos estão arquivados, regra geral por ordem cronológica e por diários, em diversos dossiers (40 a 50 dossiers de lombada grossa, por exercício fiscal).

O lançamento e arquivo dos documentos contabilísticos são feitos de modo contínuo mensalmente.



4. CONTAS

BALANÇO

(Em Euros)

ATIVO	SALDOS 30.09.2016	SALDOS 31.12.2015
ATIVO		
ATIVOS NÃO CORRENTES	104.263	106.758
Ativos fixos tangíveis	103.806	106.349
Outros Activos Financeiros	457	409
ATIVOS CORRENTES	361.394	117.726
Inventários	2.011	2.011
Clientes	10.160	1.000
Estado e Outros Entes Publicos	0	0
Fundadores/Patroc/Associados/Membros	12.799	20.531
Outras Conta a Receber	43.532	40.944
Outras Conta a Receber - IPDJ/COP	185.570	0
Diferimentos	2.686	32.491
Caixa e Depósitos bancários	104.636	20.750
TOTAL DO ATIVO	465.657	224.484
FUNDOS PATRIMONIAIS	SALDOS 30.09.2016	SALDOS 31.12.2015
Fundos	2.020	1.520
Resultados Transitados	(497.068)	(397.311)
Resultado líquido do período	159.553	(99.756)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	(335.495)	(495.548)
PASSIVO	SALDOS 30.09.2016	SALDOS 31.12.2015
PASSIVO NÃO CORRENTE	145.821	0
Financiamentos obtidos	11.560	0
Estado e outros entes públicos	20.280	0
Outras contas a pagar	113.981	0
PASSIVO CORRENTE	655.330	720.032
Fornecedores	150.564	164.674
Estado e outros entes públicos	28.169	49.275
Fundadores/Patroc/Associados/Membros	83.242	78.318
Financiamentos obtidos	25.540	42.059
Diferimentos	0	0
Outras contas a pagar	182.246	384.263
Outras contas a pagar - IPDJ/COP	185.570	1.443
TOTAL DO PASSIVO	801.152	720.032
TOTAL DO FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO	465.657	224.484



4.1. Balanço Ativo

4.1.1. Análise da Evolução

(Em Euros)

ATIVO	SALDOS 30.09.2016	Δ	SALDOS 31.12.2015	Δ	SALDOS 31.12.2014	Δ	SALDO 31.12.2013
ATIVO							
ATIVOS NÃO CORRENTES	104.263	-2%	106.758	-26%	145.055	5%	137.733
Ativos fixos tangíveis	103.806	-2%	106.349	-27%	144.877	5%	137.733
Outros Activos Financeiros	457	12%	409	129%	178	0%	0
ATIVOS CORRENTES	361.394	49%	117.726	-60%	294.086	44%	204.464
Inventários	2.011	0%	2.011	0%	2.011	-23%	2.601
Clientes	10.160	916%	1.000	-5%	1.050	0%	0
Estado e Outros Entes Publicos	0	0%	0	-100%	209	0%	0
Fundadores/Patroc/Associados/Membros	12.799	-38%	20.531	-68%	64.252	40%	46.008
Outras Conta a Receber	43.532	6%	40.944	-75%	163.092	114%	76.041
Outras Conta a Receber - IPDJ/COP	185.570		0	0%	0	0%	0
Diferimentos	2.686	-92%	32.491	10%	29.406	-9%	32.427
Caixa e Depósitos bancários	104.636	404%	20.750	-39%	34.066	-28%	47.387
TOTAL DO ATIVO	465.657	25%	224.484	-49%	439.141	28%	342.196

4.1.2. Ativos Fixos Tangíveis

Valores em Euros

Ativos Fixos Tangíveis	30.09.2016	Movimentos		31.12.2015
		Aumentos	Abates	
43.33 - Equipamento Básico	424.737	20.289	(5.587)	410.035
43.34 - Equipamento de Transporte	115.283	0	0	115.283
43.35 - Equipamento Administrativo	74.790	0	0	74.790
43.38 - Depreciações Acumuladas	(511.004)	(22.832)	5.587	(493.759)
TOTAL	103.806	(2.543)	0	106.349

Em 2016 foi adquirido uma embarcação nova pelo valor de 20.289€ e alienada a embarcação “Tornado” que se encontrava totalmente depreciada, e que tinha um valor de aquisição de 5.587€

Em Setembro foram adquiridas duas viaturas no valor total de 39.538€ em regime de locação financeira mas só foram registadas na contabilidade em Outubro de 2016.

As depreciações estão a ser calculadas por duodécimos e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.



Apresentamos em seguida os ativos fixos existentes:

Descrição dos Ativos	ano	Valor Aquisição	Amort. Acumul.	Valor Líquido
43.3 - Equipamento Básico		534.778	-431.418	103.360
Barco PO 49	2016	20.289	-1.522	18.767
Barco PO Laser STD 207025	2014	5.800	-1.595	4.205
Barco PO Laser STD 207464	2014	4.859	-1.336	3.522
Barco PO 49er x2 - 1560+1557	2014	47.503	-13.063	34.440
Board ISAF - RS:X	2014	2.362	-649	1.712
Board ISAF - RS:X	2014	2.362	-649	1.712
Barco PO 49er FX 846	2013	3.500	-1.313	2.188
Barco PO 49er 1292	2012	14.935	-7.094	7.841
Motor Yamaha-Fora Bordo	2011	7.572	-5.337	2.235
Barco PO 49er 1259	2011	14.382	-8.139	6.243
Barco PO 470 - 33231	2011	8.678	-4.911	3.767
Barcos BYTE CII x2 - 3244+3247	2010	2.424	-1.592	832
Barco Star 8224	2009	27.155	-21.045	6.110
Barco Star 8276	2009	33.000	-25.575	7.425
Motores Yamaha-Fora Bordo (4 Unid)	2009	21.183	-20.521	662
Barco Star 8309	2007	68.000	-66.300	1.700
Board ISAF- RS:X	2006	4.608	-4.608	0
Embarc.Euroatla-470 32608	2006	8.336	-8.336	0
Barco Tornado	2003	5.587	-5.587	0
5 Semirígidos "Astilleros"	1998	31.097	-31.097	0
Embarcações 1996 - (J24)	1996	84.469	-84.469	0
Atrelado	1993	5.986	-5.986	0
Outros		6.240	-6.240	0
43.4 - Equipamento Transporte		104.455	-104.455	0
Viat.Ford Transit 67-MV-76	2012	31.542	-31.542	0
Viat.Ford Transit 46-IN-20	2009	21.050	-21.050	0
Viat. Ford Transit 75-HC-04	2008	23.446	-23.446	0
Viat.Ford Transit 75-HC-03	2008	20.405	-20.405	0
Atrelados	1998	6.965	-6.965	0
Motorizada Peugeot	1992	1.047	-1.047	0
Equipamento para contentor	2004	6.768	-6.768	0
43.5 - Equipamento Administrativo		74.790	-74.344	446
Computadores + Equip.Inform	2014	3.688	-3.380	308
Computadores + Equip.Inform	2013	2.746	-2.746	0
Servidor	2012	15.204	-15.204	0
Relógio de Ponto	2010	749	-611	138
Computadores + Equip.Inform	<2010	31.200	-31.200	0
Mobiliário	<2010	11.773	-11.773	0
Outros	<2010	9.429	-9.429	0
TOTAL		714.023	-610.217	103.806



4.1.3. Clientes

O saldo de clientes ascende a 10.160€, sendo os mais significativos:

- Bicasco, Lda. no valor de 5.535€ referente a uma fatura de Abril de 2016, em Novembro foi feito encontro de contas para regularizar esse saldo em contrapartida da conta de fornecedores, que nesta data ascendia a 3.646€.
- CNCR - Companhia Náutica, Lda., no valor de 4.613€ referente a uma fatura de Julho de 2016, que nesta data ascendia a 19.581€.

Foram enviadas cartas para confirmação destes saldos, contudo à data deste relatório ainda não recebemos nenhuma das 2 respostas.

4.1.4. Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros

O saldo de 12.799€ é referente a quotas, licenças desportivas e inscrições em cursos e em campeonatos. O saldo é essencialmente referente ao 3º trimestre de 2016.

Efetuámos a decomposição destes saldos, tendo-se verificado que 87% é relativo a 2016.

Foram efetuadas cartas de confirmação de saldos, sendo que até à data deste relatório ainda não obtivemos respostas.

4.1.5. Outras Contas a Receber

<i>Valores em Euros</i>		
Outras Contas a Receber	30.09.2016	31.12.2015
Fornecedores - c/c	0	1.500
Devedores por Acrescimos	5.603	25.478
Outros Devedores	223.499	13.967
<i>IPDJ/COP</i> 4.1.5.1	185.570	0
<i>Despesas a receber</i> 4.1.5.2	21.493	5.015
<i>Bolsa Atletas/Treinadores</i> 4.1.5.3	6.178	5.400
<i>Contas Regular.</i> 4.1.5.4	7.002	0
<i>Outros</i> 4.1.5.5	3.256	3.551
TOTAL	229.102	40.945



4.1.5.1. Outros Devedores – IPDJ/COP

IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude no valor de 185.570€, referente a parte dos contratos-programa que ainda estão por receber.

Este valor foi confirmado através de resposta à carta de circularização.

Valores em Euros

Contratos-Programa IPDJ	30.09.2016
Organização e Gestão	21.945
Desenvolvimento da Prática Desportiva	59.790
Seleções Nacionais e Alto rendimento	85.335
Eventos Desportivos Internacionais	8.500
Apoio à actividade Desportiva - Progr. de Promoção da Vela e do Mar	10.000
TOTAL	185.570

4.1.5.2. Outros Devedores – Despesas a Receber

Esta conta apresenta um saldo de 21.493€ e está relacionada com adiantamentos concedidos aos colaboradores ou praticantes a título de participação em eventos e que aguardam a apresentação das respetivas despesas, sendo que são maioritariamente de 2016, conforme apresentamos no quadro abaixo:

NOME	total	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Gustavo Lima	5.309	7.357	453	(3.000)	3.945	(1.360)	(2.086)	0	0
Fernando Kuo	3.504	4.964	(1.461)	0	0	0	0	0	0
Sara Carmo	2.691	3.171	269	(749)	0	0	0	0	0
Rui Reis	2.089	2.089	0	0	0	0	0	0	0
Gonçalo Pires	1.410	1.410	0	0	0	0	0	0	0
Afonso Domingos	1.149	1.149	0	0	0	0	0	0	0
Outros < 1.000€	5.341	2.541	922	156	314	1.045	165	(1.495)	1.692
TOTAL DESPESAS A RECEBER	21.493	22.681	184	(3.593)	4.259	(315)	(1.921)	(1.495)	1.692

A decomposição das outras contas encontra-se em anexo a este relatório.

Existiram algumas dificuldades em confirmar os saldos de Outros Devedores – Despesas a Receber através dos documentos contabilísticos, pois nestas contas são registadas as despesas efetuadas pelos responsáveis das equipas e os respetivos adiantamentos/pagamentos.

Por norma são efetuados adiantamentos de dinheiro aos responsáveis/chefes de equipa para a realização de campeonatos, e posteriormente fica-se a aguardar a apresentação das despesas efetuadas, as quais demoram algum tempo a ser apresentadas, muito raramente é respeitado o prazo de 15 dias após a realização do evento, definido há mais de uma década.



Na apresentação das despesas não é utilizado um formulário próprio assinado por quem apresenta e quem autoriza. Para além disso não é feita o apuramento da conta final de modo a determinar se o responsável/chefe de equipa tem valor a receber ou pagar na sequência da entrega do adiantamento, nem são justificadas as diferenças face às estimativas efetuadas.

Aguarda-se que até ao final do ano de 2016 sejam apresentadas contabilisticamente todas as despesas relativas aos adiantamentos efetuados para esse fim.

Recomenda-se ainda que sejam analisados os valores relativos a período anterior a 2015 e, caso seja necessário, que se façam as respetivas regularizações dos mesmos.

4.1.5.3. Outros Devedores – Bolsa de Treinadores

Em Setembro apresenta um saldo de 6.178€, referente a bolsas a receber dos seguintes treinadores: José Homem de Gouveia (864€), Álvaro Marinho (4.608€) e António Góis (706€).

Os valores de José Gouveia e Antonio Gois são referentes ao mês de Setembro de 2016, enquanto o de Álvaro Marinho corresponde a entregas sem crédito durante os meses de Abril a Julho de 2016.

4.1.5.4. Outros Devedores – Contas a Regularizar

Existe também contas a regularizar no valor de 7.002€. Estes valores são todos de 2016 e aguardam documentos fiscalmente aceites.

4.1.5.5. Outros Devedores – Outros

A Conta de Consultores apresenta um saldo de 3.102€ do Dr. José Motta Veiga (advogado) anterior a 2013.

Não obtivemos resposta que nos permita validar este saldo.



4.1.6. Caixa e Depósitos Bancários

A Federação Portuguesa de Vela tem três contas bancárias, CGD, Novo Banco e Deutsche Bank. Foram analisadas as reconciliações bancárias à data de 30/09/2016 estando os valores conferidos com o saldo bancário.

Foram efetuadas cartas de confirmação de saldos e responsabilidades, tendo-se apenas recebido do Novo Banco.

4.2. Fundos Patrimoniais

FUNDOS PATRIMONIAIS	SALDOS 30.09.2016	Variação		SALDOS 31.12.2015
		Valor	Δ	
Fundos	2.020	500	33%	1.520
Resultados Transitados	(497.068)	(99.756)	25%	(397.311)
Resultado líquido do período	159.553	259.309	-260%	(99.756)
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS	(335.495)	160.053	-32%	(495.548)

O resultado líquido negativo de 2015 no valor de 99.756€ foi transferido para resultados transitados conforme aprovado em relatório e contas de 2015.

Os Fundos registaram um aumento de 500€ com a entrada de 5 novos sócios.

A FPV apresenta fundos patrimoniais negativos, em virtude dos resultados negativos de anos anteriores.

Ano	Valores
2008	(67.048)
2009	51.843
2010	(306.277)
2011	28.267
2012	20.264
2013	27.792
2014	36.816
2015	(99.756)
TOTAL	(308.101)

Esta situação deverá ser uma das principais preocupações da Federação de modo a assegurar a continuidade da Instituição.

4.3. Balanço Passivo

PASSIVO	SALDOS 30.09.2016	Δ	SALDOS 31.12.2015	Δ	SALDOS 31.12.2014	Δ	SALDO 31.12.2013
PASSIVO NÃO CORRENTE	11.560	0%	0	0%	3.150	0%	10.104
Financiamentos obtidos	11.560	0%	0	0%	3.150	0%	10.104
PASSIVO CORRENTE	789.591	-16%	720.032	-14%	832.012	20%	691.150
Fornecedores	150.564	-9%	164.674	-36%	258.958	104%	127.154
Estado e outros entes públicos	48.449	-2%	49.275	24%	39.811	-24%	52.421
Fundadores/Patroc/Associados/Membros	83.242	6%	78.318	49%	52.681	31%	40.361
Financiamentos obtidos	25.540	-39%	42.059	-35%	64.800	-22%	82.844
Diferimentos	0	0%	0	0%	0	-100%	50
Outras contas a pagar	296.227	-23%	384.263	-8%	415.761	7%	388.320
Outras contas a pagar - IPDJ/COP	185.570		1.443				
TOTAL DO PASSIVO	801.152	-16%	720.032	-14%	835.162	19%	701.253

4.3.1. Fornecedores

O saldo a Setembro de 2016 ascende a 150.564€ sendo os mais significativos:

Valores em Euros

Fornecedor	Saldo 30/09/2016	Antiguidade						Total
		3ºTrim_2016	2ºTrim_2016	1ºTrim_2016	2015	2014	2013	
CNCR, Lda	19.581	10.701	8.880	0	0	0	0	19.581
ITDS, SA	5.594	4.797	0	797	0	0	0	5.594
Mar de Histórias, Lda	6.442	0	0	0	0	6.442	0	6.442
More or Less, S.A.	5.310	0	0	0	0	5.310	0	5.310
TUI - Portugal	66.714	0	20.429	33.092	13.193	0	0	66.714
Vila Galé, S.A.	13.912	0	0	0	0	13.912	0	13.912
Outros Fornecedores	33.012	15.625	5.182	155	4.668	6.317	1.065	33.012
Total Decomposto	150.564	31.123	34.491	34.044	17.861	31.980	1.065	150.564
Saldo a 30/09/2016 ...	150.564	21%	23%	23%	12%	21%	1%	100%

Elaboramos a decomposição dos saldos de fornecedores, tendo-se constatado que a sua maioria é referente a movimentos ocorridos em 2016.

Foram solicitadas confirmação de saldos aos fornecedores mais significativos, e que representam cerca de 84% do saldo a 30/09/2016.

Até à data deste relatório foram confirmados concordantes 61% dos saldos circularizados e 4% foram discordantes/conciliados, ainda não obtivemos resposta para cerca de 34% dos saldos, conforme quadro abaixo:



Fornecedor	Saldo 30/09/2016	Concordante	Discordantes /concluídas	Devolvida	Sem resposta
Bicasco, Lda	3.646				3.646
CNCR - Comp. Náutica, Lda.	19.581				19.581
ITDS, SA	5.594		5.594		
TUI - Portugal	66.714	66.714			
Mar de Histórias, Lda.	6.442	6.442			
ITAU, S.A.	4.358	4.358			
Vila Galé, S.A.	13.912				13.912
More or Less, S.A.	5.310				5.310
Comp. Seguros Fidelidade, S.A.	992				992
WALK-ON-WIND, Lda	0	0			
Algartemático, S.A.	0			0	
Motolusa, Lda	0	0			
Cromogravura Iris, Lda	0				
Velcrum Design, Lda.	0				
Viajes El Corte Inglés, S.A.	0				
TOTAL ...	126.548	77.513	5.594	0	43.441

61% 4% 0% 34%

No que se refere ao fornecedor Bicasco, Lda. em Novembro de 2016 foi feito encontro de contas para regularizar esse saldo em contrapartida da conta de clientes.

O fornecedor Mar de Historias, Lda. acordou o pagamento de 3.750€ e emitiu uma Nota de crédito no valor de 2.692€ para regularização da restante dívida.

Segundo informação da direção foram acordados planos de pagamento das dívidas mais significativas, nomeadamente para a TUI Portugal (5.000€/mês), Vila Galé (2.000€/mês).

4.3.2. Estado e Outros Entes Públicos

Estado e Outros Entes Públicos	Valores em Euros	
	30.09.2016	31.12.2015
IRC a Pagar	0	3.538
Retenções de IRS	6.259	6.862
Segurança Social - Com Acordo	20.280	30.124
Segurança Social	21.892	8.720
FCT e FGCT - Fundo Comp. Trabalho	18	31
TOTAL	48.449	49.275

Em 30 de Setembro de 2016 a dívida à segurança social ascende a 42.172€.

Meses de Junho, Julho e Agosto 2015 no valor de 20.280€, com plano de prestação de 405€/mês.

Meses de Julho, Agosto e Setembro de 2016 no total de 21.892€. Até 15/11/2016 foram pagos os meses de Julho, Agosto e parte do mês de Setembro de 2016.



4.3.3. Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros

Valores em Euros

Apoios Monetários Concedidos	Total	Decomposição			
		2016	2015	2014	2008
ARVN-Associação Regional de Vela do Norte	6.592	0	1.800	0	4.792
ARVC-Associação Regional de Vela do Centro	7.392	0	1.200	1.400	4.792
ARVS-Associação Regional de Vela do Sul	3.550	0	800	0	2.750
ARVM-Associação Regional de Vela do Madeira	7.792	0	1.200	1.800	4.792
ARVA-Associação Regional de Vela do Açores	16.458	0	3.500	0	12.958
Clube de Vela Atlântico	11.284	0	11.284	0	0
Associação Portuguesa Classe Intern. Optimist	5.500	5.500	0	0	0
Outros < 5.000€	22.164	7.793	14.371	0	0
TOTAL	80.732	13.293	34.155	3.200	30.083

Relativamente aos saldos a pagar às Associações verifica-se que a maioria transita de 2015 e 2008.

No sentido de regularizar algumas situações, a Direção da Federação, efetuou o pagamento, à ARVN - Associação Regional de Vela Norte, de metade da dívida vencida de 2015.

Foram solicitadas confirmação dos saldos mais significativos, e que representam cerca de 95% do saldo a 30/09/2016.

Até à data deste relatório apenas recebemos confirmação da ARVN – Associação Regional de Vela Norte e ARVM – Associação Regional de Vela da Madeira.

Em relação ao saldo apresentado pela ARVN o valor a pagar de 2008 é inferior em 1.800€ face às contas da FPV. Esta Associação indica que a FPV também está em dívida para o período de Março de 2010 a Maio de 2011 no montante de 18.750€. A FPV teve os estatutos de utilidade pública desportiva suspenso neste período.

Esta Associação ainda reconhece o crédito sobre a FPV no valor de 9.000€ relativo ao apoio de 2016, cujo contrato até à data da nossa análise não tinha sido assinado.

Os saldos mencionados no ponto 4.3.5.5 deste relatório deveriam estar incluídos na conta 266 – Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros.

Conforme reunião mantida com representantes da Direção e do Conselho Fiscal ficou definido reconhecer o valor aprovado no orçamento de 2016 para as Associações Regionais.



4.3.4. Financiamentos Obtidos

Em 30 de Setembro de 2016 o saldo ascende a 37.100 € referente a dois empréstimos bancários:

- Novo Banco no valor de 23.500€. Correspondente ao remanescente de um empréstimo de 70.000€, contratualizado em Agosto/2011. A Federação comprometeu-se a amortizar, mensalmente, o valor de 1.500€. Por dificuldades de tesouraria esta periodicidade nem sempre tem sido respeitada.
- CGD no valor de 17.250€, com início em Maio/2016 e término em Maio/2018. O saldo a 30/09/2016 é de 13.600€

Salientamos, ainda, que em Setembro de 2016 foram celebrados dois contratos de Leasing para a aquisição de duas viaturas no valor total de 39.538€ por um período de 4 anos, mas só foram registados na contabilidade em Outubro/2016.

4.3.5. Outras Contas a Pagar

Pessoal e Outras Contas a Pagar	Valores em Euros		
	30.09.2016		31.12.2015
	M.L. prazo	C. Prazo	C. Prazo
Clientes	0	0	0
Pessoal 4.3.5.1	87.613	38.310	143.052
Fornecedores de Investimentos 4.3.5.2	0	10.812	10.523
Remunerações a liquidar - Férias	0	45.024	42.217
Credores por Acréscimos de Gastos	0	4.500	54.324
Outros Credores	26.368	269.170	135.590
IPDJ 4.3.5.3	0	185.570	1.443
Despesas a pagar 4.3.5.4	26.368	16.535	44.756
Associações Regionais de Vela 4.3.5.5	0	56.000	60.000
Outros Credores	0	11.065	29.392
TOTAL	113.981	367.816	385.706



4.3.5.1. Pessoal

A setembro o saldo a pagar ao Pessoal ascende a 125.923€, dos quais 41.174€ estão relacionados com órgãos sociais (José Manuel Reis Nunes Leandro) e 84.749€ a pagar ao pessoal, e que se decompõem da seguinte forma:

23 - PESSOAL	Notas	TOTAL	2009	2010	2011	2015	2016
Aos órgãos sociais							
José Manuel Reis Nunes Leandro	a)	41.174	1.874	38.840	0	0	461
Ao pessoal							
Luis Miguel Simão do Vale Rocha	b)	51.024	0	51.024	0	0	0
Manuel António Canelha Cardoso	c)	3.662	0	3.662	0	0	0
Paulo Renato Câmara Martins	d)	8.000	0	4.950	3.050	0	0
Rui Figueiredo dos Santos	e)	6.027	0	5.850	0	0	177
Rui Manuel Brito Silva Reis	f)	8.557	0	7.612	0	0	945
Rui Pedro Nunes da Costa	g)	4.485	0	3.069	0	1.250	165
Claúdia Sofia Reis Antunes	h)	1.320	0	1.320	0	0	0
Outros		1.674	0	0	500	0	1.174
TOTAL ...		125.923	1.874	116.327	3.550	1.250	2.922

*Nos anos de 2012 a 2014 não existem valores por regularizar, pelo que não é apresentado no mapa

Verifica-se que a maior dívida ao pessoal é relativa ao ano de 2010, pelo facto de a FPV ter perdido o estatuto de utilidade pública e consequentemente o direito aos subsídios do IPDJ.

Seguem alguns esclarecimentos sobre a origem das dívidas:

a) José Manuel Leandro (Presidente)

No final de 2014 foi registada a dívida, relativa a vencimentos do presidente no valor de 73.980€, referentes ao ano de 2009 (35.140€) e de 2010 (38.840€).

O registo contabilístico efetuado foi creditar a conta 23 – Pessoal por contrapartida / débito da 561 – Resultados Transitados. Nessa mesma data foi assumido que seria pago o valor mensal de 949€. Até à data foram pagas 21 prestações que foram consideradas por compensação da dívida vencida em 2009.

Os Estatutos da FPV preveem, no artigo 39º, que os Órgãos Sociais possam receber remunerações desde que as mesmas sejam aprovadas em Assembleia Geral.

Verificámos a aprovação, por maioria, na ata do dia 24/04/2009 nas seguintes condições:



Que o pagamento não exceda o valor da remuneração máxima praticada pela FPV; que a remuneração a praticar não seja proveniente de verbas de contrato programa do IPDJ; e que o valor da remuneração seja proveniente de proveitos suplementares.

Foram conferidos os cálculos conforme estas condições verificando-se que as remunerações pagas respeitaram as condições previstas em ata.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Rendimentos associativos	60.400	52.245	91.335	88.785	109.395	55.440	50.325
Quotizações e joias	9.830	12.915	12.915	13.830	13.700	12.750	12.650
Publicidade	75.000	50.000	50.000	90.900	45.522	64.751	36.500
Soma rendimentos	145.230	115.160	154.250	193.515	168.617	132.941	99.475
Leandro (retirado das declarações fiscais, independente do registo contabilístico)	0	5.654	33.921	45.228	44.388	44.388	44.388

b) Luís Vale Rocha (Ex-Funcionário)

Processo Judicial com acordo em 06/09/2016 no qual ficou previsto o pagamento mensal de 2.000€ a partir de 08/10/2016. O valor em dívida é de 50.026€ acrescido de 978€ de juros e ficará liquidada em 08/11/2018.

c) Manuel Cardoso (Ex-Funcionário)

Pedi a suspensão do contrato de trabalho em Set/2010 e em Out/2011 foi convocado pela FPV a regressar ao trabalho. Não se apresentou e nem respondeu, pelo que em Nov/2014 foi-lhe instaurada uma Nota de Culpa.

d) Paulo Martins (Ex-Funcionário)

Saiu em 2010 por motivos de atrasos de pagamentos dos salários de 2010, e em 2014 as contas bancárias da FPV foram penhoradas. Não temos qualquer informação sobre processo em contencioso.

e) Rui Figueiredo dos Santos (Diretor Geral)

São efetuados pagamentos parciais sempre que haja disponibilidade de tesouraria, sendo que em 2016 foram pagos 500€ dos vencimentos em atraso de 2010.



f) Rui Reis (Técnico Desporto)

São efetuados pagamentos parciais ou encontro de contas com despesas efetuadas (notas de despesas) sempre que haja disponibilidade de tesouraria, sendo que em 2016 nada foi pago dos vencimentos em atraso de 2010.

g) Rui Costa (Ex-Funcionário)

Existem vencimentos em atraso de 2010 no valor de 3.069€ e o valor de 1.250€ é referente a uma penhora das finanças, sendo o último movimento em Agosto de 2015. No final de 2016, e após a data de reporte deste relatório a FPV iniciou o procedimento de extinção deste posto de trabalho, tendo o funcionário sido notificado nesse sentido.

h) Cláudia Antunes (ex-Funcionária)

Existem vencimentos em atraso de 2010 no valor de 1.320€ não temos qualquer informação sobre o pedido de pagamento deste valor.

Até a data deste relatório não recebemos resposta do advogado sobre eventuais processos em contencioso, pelo que não nos é possível confirmar o valor global das responsabilidades.

4.3.5.2. Fornecedores de Investimentos

O saldo de fornecedores de investimento é composto por Bicasco no valor de 5.800€, ZAPP do Moulin Blanc no valor de 4.723€, que transitam desde 2014. Conforme já referido a primeira entidade também tem saldos nas contas de Clientes e Fornecedores.

Foram efetuadas confirmações destes saldos, sendo que até a data deste relatório não obtivemos qualquer resposta.

4.3.5.3. Outros Credores – IPDJ

O saldo do IPDJ no valor de 185.570€ é referente ao valor que ainda falta imputar a proveitos. Este valor deveria estar registado numa conta 28.2 – Rendimentos a reconhecer pois não se trata de uma dívida. Apenas se pode reconhecer como proveitos os valores que tiverem sido devidamente executados no respetivo Contrato-Programa assinado.



Os Contratos–Programa não estão a ser registados como deveriam na conta #28 – Diferimentos

Os movimentos efetuados são os seguintes:

D # 27.88.0229 – pelo valor do Contrato Programa

C # 27.83.01 – pelo valor do Contrato Programa

==//==

D # 27.83.01 – pela emissão da Fatura ao IDPJ

C # 75.11 – pela emissão da Fatura ao IDPJ

==//==

D # 12 – pelo recebimento do IDPJ

C # 27.88.0229 – pelo recebimento do IDPJ

4.3.5.4. Outros Credores – Despesas a pagar

O valor de 42.903€ é referente a despesas a pagar a colaboradores/ praticantes por conta de despesas realizadas em torneios e campeonatos. Estes saldos são referentes ao período de 2009 a 2016 conforme quadro:

NOME	total	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009
Adelino Rocha	(12.872)	(692)	(1.807)	(2.495)	(2.236)	0	(1.418)	(4.225)	0
António Matos Rosa	(10.452)	815	(10.904)	(362)	0	0	0	0	0
João Rodrigues	(3.525)	(668)	1.932	(2.185)	4.765	(7.369)	0	0	0
José Manuel Leandro	(3.044)	(1.646)	824	1.825	8.476	(7.852)	3.806	(8.476)	0
Jorge Lima/José Luis Costa	(2.924)	(1.340)	(1.584)	0	0	0	0	0	0
L'Équipe	(2.801)	0	(2.801)	0	0	0	0	0	0
Pedro Miguel Soares Rodrigues	(1.397)	(1.932)	892	569	534	135	(798)	(795)	0
José Manuel Lopes Teixeira	(1.163)	(1.163)	0	0	0	0	0	0	0
Santiago Sampaio	(1.155)	(1.155)	0	0	0	0	0	0	0
Outros < 1.000€	(3.570)	(1.976)	181	195	370	1.422	180	(2.136)	(1.806)
TOTAL DESPESAS A PAGAR	(42.903)	(9.757)	(13.268)	(2.453)	11.909	(13.665)	1.770	(15.633)	(1.806)

A decomposição pormenorizada encontra-se em anexo a este relatório.

Existiram algumas dificuldades em confirmar os saldos de Outros Credores – Despesas a Liquidar através dos documentos contabilísticos, pois nestas contas são registadas as despesas efetuadas pelos responsáveis das equipas e os respetivos adiantamentos/pagamentos, sem o conveniente processo de prestação de contas, conforme já referido no ponto 4.1.5.2 deste relatório.



Salienta-se que a maior dívida é com Adelino Rocha (Ex- Vice Presidente) e que se acumula desde 2010 até março de 2016. Estes valores são referentes a despesas de deslocações efetuadas para a participação em reuniões.

Foi-nos facultada ainda uma listagem de valores a pagar relacionadas com gastos com juizes no valor de 29.235€, que não estão refletidos na contabilidade. Estes valores são gastos relativos ao ano de 2010, e até ao final do ano 2016 foram emitidos alguns recibos verdes para a regularização da dívida, ficando por justificar o valor de 18.174€, os quais devem ser regularizados contabilisticamente em 2016, por forma a evidenciar corretamente a dívida.

Salienta-se que, em relação ao juiz Abel Assunção Nunes, está por emitir um recibo verde no valor de 3.006€ desde 2010 e que existe uma dívida da FPV a este no valor de 5.471€, a qual também não está refletida na contabilidade.

4.3.5.5. Outros Credores – Associações Regionais de Vela

O saldo das Associações Regionais de Vela ascende a 56.000€. Em 2015 foram celebrados protocolo de apoio às Associações de Vela Regionais os quais a data de hoje ainda se encontram por liquidar:

Associação Vela Norte _____	8.000€
Associação Vela Sul _____	12.000€
Associação Vela do centro _____	12.000€
Associação Vela Madeira _____	12.000€
Associação Vela Açores _____	12.000€

Os protocolos são sempre no valor de 12.000€/ano e em 2016 apenas foi pago à Associação Vela Norte o valor de 4.000€.

Em 2016 ainda não foram celebrados quaisquer contratos de protocolo com estas Associações, apesar de estarem previstos em orçamento, conforme já referido no ponto 4.3.3. será efetuado o reconhecimento da dívida de acordo com o aprovado no orçamento.

Foram solicitadas confirmação de saldos às Associações, sendo que recebemos as seguintes respostas: Associação Regional de Vela da Madeira (concordante) e Associação Regional de Vela Norte (Discordante), conforme ponto 4.3.3 deste relatório.



4.4. Demonstração de Resultados

DESIGNAÇÃO	SALDOS 30.09.2016	SALDOS 31.12.2015
Vendas e serviços prestados	58.816	49.150
Subsídios, Doações e Legados à Exploração CMVMC	748.641	851.720
Fornecimentos e serviços externos	(389.905)	(493.287)
Gastos com o pessoal	(258.686)	(379.093)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		900
Outros rendimentos e ganhos	68.597	126.951
Outros gastos e perdas	(42.162)	(203.236)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	185.301	(46.895)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(22.832)	(38.528)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis(perdas/reversões)	0	0
RESULTADO OPERACIONAL (antes de financiamento e impostos)	162.469	(85.423)
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0
Juros e gastos similares suportados	(2.917)	(10.796)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO	159.553	(96.219)
Impostos sobre o rendimento	0	(3.538)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	159.553	(99.756)

A análise dos valores indicados permite facilmente concluir pela total dependência da Federação face aos apoios institucionais, isto é, os subsídios representam 83% do total de proveitos de 2015 e 85% até 09/2016.



4.4.1. Análise da Evolução

Valores em euros

Rubricas	09/2016	Δ	2015	Δ	2014	Δ	2013
Gastos e Perdas:							
61 Custo Mercadorias Vend. e Mat. Cons.	0	0%	0	0%	0	-100%	37
62 Fornec. Serviços Externos	389.905	-21%	493.287	-65%	1.409.448	180%	502.700
63 Gastos com Pessoal	258.686	-32%	379.093	-19%	467.793	28%	364.257
64 Gastos com Depreciações	22.832	-41%	38.528	-15%	45.545	9%	41.738
65 Perdas por Imparidades	0	0%	0	0%	0	-100%	900
68 Outros Gastos e Perdas	38.311	-81%	197.763	18%	167.242	-7%	179.595
69 Gastos e Perdas Financeiras	6.768	-58%	16.268	-7%	17.405	-7%	18.715
	716.502	-36%	1.124.939	-47%	2.107.434	90%	1.107.941
Rendimentos e Ganhos:							
71 Vendas	0	0%	0	0%	0	-100%	98
72 Prestação de Serviços	58.816	20%	49.150	-37%	77.501	31%	59.222
75 Subsídios, Doações e Leg. à Exploração	748.641	-12%	851.720	-38%	1.381.935	62%	855.205
76 Reversões	0	-100%	900	0%	0	-100%	2.209
78 Outros Rendimentos e Ganhos	68.597	-46%	126.951	-82%	689.014	212%	220.736
79 Rendimentos e Ganhos Financeiros	0	0%	0	-100%	181	0%	0
	876.054	-15%	1.028.721	-52%	2.148.630	89%	1.137.470
Resultados antes de Impostos ...	159.553	-266%	-96.219	-334%	41.197	40%	29.528
Imposto sobre o Rendimentos		-100%	3.538	-19%	4.381	152%	1.737
Resultados Líquido do Exercício ...	159.553	-260%	-99.756	-371%	36.816	32%	27.792

4.4.2. Gastos e Perdas

Valores em Euros

GASTOS E PERDAS	30.09.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
CMVMC	0	0	0	37
Fornec. Serviços Externos	4.4.2.1 389.905	493.287	1.409.448	502.700
Gastos Pessoal	4.4.2.2 258.686	379.093	467.793	364.257
Gastos de depreciação	22.832	38.528	45.545	41.738
Perdas por Imparidade	0	0	0	900
Outros gastos e perdas	32.311	51.176	57.053	49.980
Apoios Financeiros Concedidos	4.4.2.3 6.000	146.588	110.189	129.615
Gastos e perdas financeiras	6.768	16.268	17.405	18.715
TOTAL	716.502	1.124.939	2.107.434	1.107.941

4.4.2.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Valores em Euros

Fornecimentos e Serviços Externos	30.09.2016	31.12.2015	Δ	31.12.2014	Δ	31.12.2013
6251 Deslocações e Estadas	143.726	206.854	-65%	599.272	304%	148.152
6221 Trabalhos Especializados	48.026	69.197	-38%	111.242	28%	86.828
623x Materiais	44.849	21.624	-75%	86.780	70%	50.969
6224 Honorários	37.481	40.070	-57%	93.427	40%	66.757
6261 Rendas e Alugueres	31.557	16.524	-93%	240.718	1389%	16.165
6263 Seguros	27.522	30.795	53%	20.078	-21%	25.486
624x Energia e Fluidos	16.219	30.380	-41%	51.668	47%	35.118
6268 Outros	9.913	16.378	-69%	53.434	143%	22.029
6226 Conservação e Reparação	9.657	13.776	-72%	49.546	245%	14.341
6262 Comunicação	5.380	9.692	-1%	9.758	16%	8.408
6254 Transporte de Equipamentos	4.954	23.080	-47%	43.787	311%	10.665
6267 Limpeza Higiene e Conforto	3.544	5.052	-33%	7.583	72%	4.407
6266 Despesas de Representação	3.188	5.766	-65%	16.470	82%	9.073
6222 Publicidade e Propaganda	1.930	3.137	-75%	12.647	570%	1.888
6265 Contencioso e Notariado	1.922	963	32%	731	59%	460
6269 Não devidamente documentadas	39	0	-100%	3.616	85%	1.951
6223 Vigilância e Segurança	0	0	-100%	8.692	0%	0
TOTAL ...	389.905	493.287	-65%	1.409.448	180%	502.700

Dos Fornecimentos e Serviços Externos analisados temos a salientar:

- Trabalhos Especializados – essencialmente referente a serviços informáticos, de contabilidade e gestão, assessoria administrativa. Apresentamos em seguida as principais despesas por fornecedor:

Fornecedor	2016		2015		Variação
	Valor	%	Valor	%	Valor
António José Motta Veiga - Consultores, Lda	0	0%	14.760	21%	(14.760)
ITDS, SA	9.594	20%	9.852	14%	(258)
SQG- Serviços Qualidade e Gestão, Lda	8.791	18%	11.522	17%	(2.731)
Velcрум Design - Comunicação Adesiva, Lda.	5.351	11%	0	0%	5.351
Arnold Dos Santos Silva, Unip, Lda	5.002	10%	431	1%	4.571
Porbite-Sistemas Inform., Comerc. e Serv., Lda.	4.305	9%	7.474	11%	(3.169)
MRG - Roberto, Graça & Associados, SROC	4.059	8%	5.412	8%	(1.353)
Offshore Racing Congress	2.501	5%	2.731	4%	(230)
Gnosies - Jogo Jogado Consult. e Formação, Lda.	2.280	5%	3.280	5%	(1.000)
Outros	6.143	13%	13.735	20%	(7.592)
Total ...	48.026		69.197		(21.171)

Em relação aos valores de gastos de António José Motta Veiga não há uma redução efetiva, apenas se verifica um atraso no registo/receção das faturas.



- **Honorários** – Contabiliza os recibos verdes pagos a júris e árbitros e a treinadores. Foi também registado nesta rubrica, o pagamento mensal de honorários a Pedro Tiago Borges (serviços médicos) no valor de 500€ e a Sérgio Duarte (apoio à pratica desportiva) de 600€.
- **Materiais** – registaram um aumento de 107% em relação ao ano anterior. Estes gastos estão relacionados com a aquisição de materiais para os barcos, nomeadamente velas.
O aumento destes gastos influencia também o aumento dos subsídios do COP que também registaram uma variação positiva de 16%.
- **Deslocações e Estadas** – nesta rubrica estão contabilizadas despesas de deslocação, tendo sido detetada a existência de documentos contabilísticos sem suporte legal e fiscal válido, bem como despesas que carecem tanto de autorização por parte da Direção como da devida justificação para a realização da mesma.
Deverá haver um especial cuidado por parte da FPV na validação dos documentos em termos legais e fiscais.
Deverá ser conferida a denominação social tanto do emitente como da própria FPV, bem como a validação fiscal dos respetivos documentos.
Conforme já referido, é premente a alteração de procedimentos de adiantamentos, e prestação de contas por parte dos colaboradores e dos praticantes.
- **Rendas e Alugueres** – registou um aumento de 91% em relação ao ano anterior, sendo que nesta rubrica estão registados essencialmente o aluguer de barcos em outros países para a realização de provas.

4.4.2.2. Pessoal

Os gastos com pessoal tem vindo a registar uma diminuição relacionada com a redução de número de funcionários, que passou de 14 em 2015 para 11 em 2016.

Apresentamos no quadro seguinte os funcionários à data de 30 de Setembro de 2016, todos eles efetivos, respetiva função e vencimento base:



Funcionário	Função	Venc. Base	Tipo de contrato	Data de início	Descrição funções
José Manuel Reis Nunes Leandro	Presidente	2.750		01-01-2012	
Maria José Nunes Vinagre	Secretária	1.250	Cont. Indeterm	13-04-1988	a)
Ana Constantino da Rocha	Técnica de Contabilidade	1.090	Cont. T. Certo	12-12-2011	b)
Rui Figueiredo Dos Santos	Diretor Geral	3.300	Cont. Indeterm	13-03-2009	c)
Rui Pedro Nunes da Costa	Assessor Comunicação	2.000	Cont. T. Certo	10-03-2009	
Rui Manuel Brito Silva Reis	Técnico de Desporto	2.550	Cont. T. Certo	01-03-1998	d)
Pedro Miguel Soares Rodrigues	Técnico de Desporto	2.550	Cont. T. Certo	20-06-2011	e)
Tessa Galhardo Simões	Técnico de Desporto	1.090	Cont. T. Certo	04-10-2011	f)
Paulo Nuno Fernandes Baptita	Técnico de Desporto	918	Cont. T. Certo	23-07-2014	g)
Fernando Kuo	Técnico de Desporto	850	Cont. T. Certo	01-02-2014	h)
João Francisco Caramona Silva	Motorista	725	Cont. T. Certo	01-08-1988	i)
Total ...		19.073			

Nota: O Rui Costa (Assessor de Comunicação) terminou contrato em 2017, por extinção do posto de trabalho.

Apresentamos seguidamente as funções desempenhadas pelos funcionários:

a) Maria José Vinagre – secretária – Receção e registo da entrada de correspondência; Apoio ao Presidente; Solicitação de licenças extraordinárias ao IDP; Gestão do correio via internet; funções administrativas.

b) Ana Rocha – Técnica de contabilidade – Apoio à tesouraria, consulta de movimentos bancários e organização de documentos para a tesouraria; Organização de toda a documentação contabilística; verificação da documentação recebida em termos fiscais; classificação e contabilização dos documentos; conferência de contas correntes; conferencias bancarias e de caixa; apoio administrativo.

c) Rui Figueiredo dos Santos – Diretor Geral – Organização dos Serviços; Gestão dos meios humanos, patrimoniais e financeiros; Despacho e assinatura do expediente corrente; Elaboração e submissão à apreciação da Direção do Plano de atividades e Orçamento; Proporcionar à Direção informação permanente sobre a execução do Plano de atividades e Orçamento; Responsabilização e prestação de contas, perante a Direção, pela correta utilização das verbas postas à disposição da Federação; Apoio à organização do Congresso da Vela; Passagem das atas para o Livro de Atas da Direção; Encaminhamento da correspondência para os diversos sectores; Tratamento do protocolo com entidades institucionais; agendamento de pagamento aos fornecedores.



d) Rui Reis – Técnico de Desporto – Coordenação e Logística dos recursos humanos e materiais afetos à atividade do programa de Preparação Olímpica e Alto Rendimento; Elaboração da proposta de Plano de Atividades e Orçamento relativo aos Programas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais e Projeto Olímpico; Planeamento, implementação, organização e gestão da execução dos Programas Alto Rendimento e Seleções Nacionais e Projeto Olímpico, sob orientação do Diretor Técnico Nacional; Elaboração de candidaturas e respetivos relatórios ao IPDJ; Colaboração na formação de treinadores; Elaboração de propostas de alterações aos regulamentos relativos à atividade do alto rendimento; Proporcionar ao Diretora Técnico Nacional informação permanente sobre a execução dos Programas de Alto Rendimento e Seleções Nacionais e Projeto Olímpico; Organização de estágios de classes olímpicas; Team Leader das principais Seleções Nacionais; Realização de alterações especiais ou de estrutura do site da FPV; Administração dos pedidos de inscrição no Alto Rendimento «, dispensas de exames e listagem de possíveis atletas a integrar Seleções Nacionais na plataforma SISMAPAS do IPDJ; Responsável pela logística, planeamento da utilização das carrinhas e barcos a motor, elaborando as escalas de deslocação; Interlocutor da FPV no Comité Olímpico no que diz respeito à preparação olímpica; Elaboração de propostas de pareceres técnicos quando solicitado; Enquadramento técnico pontual em várias classes; Técnico Laser Standard.

e) Pedro Rodrigues – Técnico de Desporto – Direção, organização e gestão de recursos humanos e materiais afetos à atividade do departamento financeiro; Elaboração da proposta do Plano de Atividades e Orçamento relativo aos Programas de Desenvolvimento da Atividade Desportiva, Alto Rendimento e Seleções Nacionais, Formação de Recursos Humanos, programa de Promoção da vela e do Mar, Eventos Internacionais e Projeto Olímpico; Implementação e gestão da execução dos Programas de Desenvolvimento da Atividade Desportiva, Alto Rendimento e Seleções Nacionais, Formação de Recursos Humanos, programa de Promoção da vela e do Mar, Eventos Internacionais e Projeto Olímpico; Proporcionar ao Presidente Geral informações permanentes sobre a execução dos Programas de Desenvolvimento da Atividade Desportiva, Alto Rendimento e Seleções Nacionais, Formação de Recursos Humanos, programa de Promoção da vela e do Mar, Eventos Internacionais e Projeto Olímpico; Elaboração das candidaturas e respetivos relatórios ao IPDJ; Colaboração na formação de treinadores e árbitros; Organização de provas; Elaboração de propostas de alterações aos regulamentos e projetos; Organização de estágios do escalão juvenil e juniores, deteção, desenvolvimento e orientação competitiva de novos talentos; Team Leader de principais Seleções Nacionais



Juniiores; Direção de Team Leaders e treinadores nomeados para as Seleções Nacionais; Ligação com a FEV, World, Sailing, EIROSAF e Instituto do Território; Elaboração de pareceres técnicos quando solicitado; Cooperar em todas as matérias de interesse da FPV, sempre que solicitado, pelo Diretor Geral ou pelo Presidente.

f) Tessa Simões – Técnico de Desporto – Colaboração na elaboração do Plano de Atividades e Orçamento; Elaboração das Candidaturas e respetivos Relatórios IPDJ; Gestão corrente de atividades antidopagem que não diretamente relacionada com o Alto Rendimento; Gestão do calendário de provas; Gestão de licenças desportivas; Manutenção do portal FPV e tarefas de BackOffice; Elaboração e gestão dos Contratos-Programa de apoio; Administração do Programa de Promoção da Vela e do Mar; Gestão de provas FPV – Inscrições e organizações; Elaboração e publicação dos Rankings Nacionais de apuramento, não elaboradas diretamente pelas respetivas Associações de Classes; Gestão e tratamento de dados; Cooperar administrativamente, sempre que solicitado, pelo Diretor Geral ou pelo responsável da Formação de Recursos Humanos, nos mais diversos assuntos, nomeadamente: cursos de formação, relatórios, processos disciplinares, informação à World Sailing, entre outros.

g) Paulo Batista – Técnico de Desporto – Gestão de licenças desportivas; Gestão do calendário de provas, em especial o calendário de cruzeiro ORC; Elaboração e atualização do Ranking ORC; Informações sobre a vela de cruzeiro; Gestão e tratamento de dados; Manutenção do portal FPV e tarefas de BackOffice; Apoio à organização de provas, inscrições, classificações, logística, tec.; Administração de processos de certificação de Escolas de Vela; Emissão de licenças de publicidade; Atribuição de números de vela de cruzeiro; Serviços de apoio aos clubes (e-mail e telefone); Cooperar administrativamente, sempre que solicitado, pelo Diretor Geral ou pelo responsável da Formação de Recursos Humanos, nos mais diversos assuntos, nomeadamente: cursos de formação, relatórios, elaboração de rankings, entre outros.

h) Fernando Kuo – Técnico de Desporto – Treinador da Classe 49er; Coordenação e gestão logística dos recursos materiais afetos à atividade da classe 49er; Elaboração da proposta do Plano de treinos e competição da Classe 49er; Planeamento, implementação e organização da execução do Plano de treinos e competição da classe 49er; Proporcionar ao Diretor Técnico Nacional e ao Coordenador do Programa de Preparação Olímpica e Alto Rendimento informação permanente sobre a execução do Plano de treinos e competição da Classe 49er; Organização de estágios, clinics e outros treinos da classe 49er e da classe do escalão júnior;



Coopera com todas as matérias de interesse da FPV, sempre que solicitado, pelo Diretor Técnico Nacional, Diretor Geral, Presidente ou Coordenador do Programa de Preparação Olímpica e Alto Rendimento.

i) João Silva – Motorista – Motorista; Transporte de embarcações; Prestação de Serviços Externos (Correios, Finanças e Bancos).

Para além do quadro fixo de funcionários, existem ainda outros colaboradores com as seguintes funções:

j) Vanessa Costa – Tesouraria / Recursos Humanos – Processamento de salários e honorários, processamento de guias de pagamento de retenções tributárias; Processamento e entrega de mapas de pessoal para a segurança social; Emissão de faturas; Registo e conferência de entradas de tesouraria e emissão de recibos; elaboração de mapas de pagamento e de recebimentos.

k) Sérgio Duarte – Técnico – Elaboração da proposta do Programa de Formação de Recursos Humanos; Elaboração das candidaturas e respetivos relatórios referente ao Curso de Formação ao IPDJ; Coordenação e gestão logística dos recursos materiais afetos ao Programa de formação de recursos humanos; Planeamento, implementação e organização da execução do programa de formação de Recursos Humanos; Proporcionar ao Diretor Técnico Nacional informação permanente do programa de formação de Recursos Humanos; Elaboração dos referenciais dos cursos de formação de Recursos Humanos; Organização dos Cursos de Treinadores; Diretor de Cursos de Treinadores organizados pela FPV; Organização e administração de Formações Contínuas Creditadas de Treinadores; ligação com o Departamento de Formação de Recursos Humanos do IPDJ e com as ARV; Coopera em todas as matérias de interesse da FPV, sempre que solicitado, pelo Diretor Técnico Nacional, Diretor Geral ou Presidente, nomeadamente, definição do desenvolvimento do Velejador a longo Prazo, assuntos relacionados com o Desporto Escolar, programas de formação das Escolas de Vela, etc.

l) Gonçalo Ribeiro – Técnico – Emissão de certificados ORC; Gestão dos Pagamentos e respetiva faturação junto da tesouraria e da contabilidade; Ligação com o secretariado da ORC; esclarecimentos aos armadores sobre os certificados ORC e mediações; Alterações aos certificados ORC.



4.4.2.3. Outros Gastos e Perdas

Nesta conta registam-se os apoios monetários concedidos, tais como subsídios, bolsas e prémios. Verificou-se uma diminuição de 81% em relação ao ano de 2015, relacionado com facto de ainda não terem sido celebrados nem contabilizados os contratos de atribuição de subsídios às associações regionais de vela. Contudo este gasto está previsto em orçamento e prevê a celebração destes contratos até ao final do ano de 2016.

Apresentamos no quadro seguinte os apoios concedidos de 2013 a 09/2016:

<i>Valores em Euros</i>				
APOIOS FINANCEIROS CONCEDIDOS	30.09.2016	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2013
Subsídios	6.000	130.538	104.939	119.820
Associações de Classe	0	14.800	14.700	5.400
Clubes	6.000	46.438	15.039	40.020
Associações Regionais de Vela	0	69.300	75.200	74.400
ARV Norte	0	13.800	17.600	15.600
ARV Centro	0	13.200	14.800	14.800
ARV Sul	0	12.800	14.000	14.000
ARV Madeira	0	13.200	14.800	15.200
ARV Açores	0	16.300	14.000	14.800
Bolsas de Atletas	0	7.300	5.250	9.795
Premios de Atletas	0	8.750	0	0
TOTAL	6.000	215.888	185.389	204.015

4.4.3. Rendimentos e Ganhos

4.4.3.1. Vendas e Prestação de Serviços

<i>Valores em euros</i>								
Rubricas		09/2016	Δ	2015	Δ	2014	Δ	2013
71	Rendimentos e Ganhos:							
	Vendas	0	0%	0	0%	0	-100%	98
711	Vendas de Mercadorias	0	0%	0	0%	0	-100%	98
72	Prestação de Serviços	58.816	20%	49.150	-37%	77.501	31%	59.222
722	Quotizações e jóias	13.150	4%	12.650	-1%	12.750	-7%	13.700
723	Promoções para captação de recursos	1.416	0%	0	0%	0	0%	0
724	Rendimentos de patrocinadores e colaborações	40.500	11%	36.500	-44%	64.751	42%	45.522
725	Serviços Secundários	3.750	0%	0	0%	0	0%	0
	Total ...	58.816	20%	49.150	-37%	77.501	31%	59.320

Nesta rubrica registam-se os rendimentos relacionados com as quotizações dos associados, patrocínios, alugueres de equipamentos.

Registou-se um aumento de 20% em relação ao ano anterior essencialmente relacionado com o aumento dos patrocínios, sendo o maior da Companhia de Seguros Fidelidade.



4.4.3.2. Subsídios e Doações

Valores em euros

Rubricas		09/2016	Δ	2015	Δ	2014	Δ	2013
75	Subsídios, Doações e Leg. à Exploração	748.641	-12%	851.720	-38%	1.381.935	62%	855.205
7511	IPDJ - Instituto Português Desporto	551.430	-19%	679.557	-5%	712.000	13%	628.110
7512	IEFP-Bolsa de estágio	0	-100%	5.055	-86%	35.856	1029%	3.177
7515	INR-Instituto Nacional para a Reabilitação	10.000	0%	0	0%	0	0%	0
751x	Outros	0	0%	0	0%	90.000	0%	0
7521	COP - Comité Olímpico de Portugal	187.211	16%	161.900	-70%	543.579	148%	218.918
752x	Outros	0	-100%	5.207	0%	0	-100%	5.000
753	Heranças e Doações	0	0%	0	-100%	500	0%	0
Total ...		748.641	-12%	851.720	-38%	1.381.935	62%	855.205

Os Contratos-programas celebrados com o IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude em 2016 ascendem a 741.500€, o que representa um aumento de 9% em relação a 2015. Os subsídios são registados como rendimento à medida que são ressarcidos, ou seja, até Setembro fora recebidos 551.430€ que representa, 74% do total.

O COP – Comité Olímpico de Portugal registou um aumento de 16% em relação a 2015, sendo que 33.721€ é referente atribuição de bolsas e 153.490€ para o apoio ao projeto Rio 2016.

Assinala-se que, na resposta obtida da entidade, se verificou a existência de diversos pagamentos a atletas que não são contabilizadas nas contas da Federação. Para além disso, para os proveitos relacionados com as Esperanças Olímpicas e com o Apoio à preparação existe um direito da Federação (não reconhecido a setembro de 2016) no valor de 13.852,50€ e 8.250€, respetivamente.

À semelhança de anos anteriores estes valores deverão ser reconhecidos no final do exercício.



4.5. Execução Orçamental

Apresentamos no seguinte quadro os gastos e rendimentos por projeto até 30/09/2016:

IPDJ	Valor Orçamento	Valor Realizado até 30/09/2016	Taxa de execução
IPDJ - Ativ. Regul - Organiz. e Gestão da Fed.			
Total	-45.834,98 €	-97.253,51 €	251,83%
Gastos	277.902,26 €	161.308,51 €	58,05%
Rendimentos	232.067,28 €	64.055,00 €	27,60%
IPDJ - Ativ. Regul - Desenv. da Actividade			
Total	-81.387,20 €	70.503,23 €	60,21%
Gastos	493.459,10 €	106.706,77 €	21,62%
Rendimentos	412.071,90 €	177.210,00 €	43,00%
IPDJ - Ativ. Regul - Alto Rendimento			
Total	-174.101,38 €	80.715,99 €	67,93%
Gastos	1.055.601,33 €	170.949,01 €	16,19%
Rendimentos	881.499,95 €	251.665,00 €	28,55%
IPDJ - Formação de Recursos Humanos			
Total	-7.834,27 €	-7.906,97 €	0,00%
Gastos	47.500,00 €	7.906,97 €	16,65%
Rendimentos	39.665,73 €	0,00 €	0,00%
IPDJ- Progr. de Promoção da Vela e do Mar			
Total	-15.462,38 €	40.729,87 €	18,54%
Gastos	93.750,00 €	9.270,13 €	9,89%
Rendimentos	78.287,63 €	50.000,00 €	63,87%
IPDJ - Eventos Internacionais			
Total	-10.720,52 €	-2.407,21 €	113,01%
Gastos	65.000,00 €	20.907,21 €	32,16%
Rendimentos	54.279,49 €	18.500,00 €	34,08%
Total	-335.340,71 €	84.381,40 €	84,97%
Gastos	2.033.212,69 €	477.048,60 €	23,46%
Rendimentos	1.697.871,98 €	561.430,00 €	33,07%

Os gastos com os projetos das Atividades Regulares – Organização e Gestão da Federação já ultrapassaram o valor dos rendimentos recebidos do IPDJ, enquanto o de Desenvolvimento da Atividade e de Alto Rendimento ainda tem alguma margem.

Os gastos com o Programa de Promoção da Vela e do Mar são baixos em relação aos rendimentos recebidos do IDJS/INR.

COP - Projecto Olímpico	Valor Orçamento	Valor Realizado até 30/09/2016	Taxa de execução
COP - Projecto Olímpico			
Total	0,00 €	-63.671,55 €	134,01%
Gastos	425.879,00 €	250.882,88 €	58,91%
Rendimentos	425.879,00 €	187.211,33 €	43,96%



No Projeto do COP – Projeto Olímpico temos gastos superiores aos rendimentos, contudo verifica-se a execução de 58% em relação ao orçamento previsto.

Gastos/Rendimentos/Patrocínios Próprios	Valor Orçamento	Valor Realizado até 30/09/2016	Taxa de execução
Gastos Patrocínios/Próprios			
Total	335.340,71 €	118.505,87 €	
Gastos	0,00 €	8.907,17 €	0,00%
Rendimentos	335.340,71 €	127.413,04 €	38,00%
<i>Proveitos Associativos</i>	14.000,00 €	13.200,00 €	94,29%
<i>Proveitos Suplementares</i>	306.340,71 €	102.690,84 €	33,52%
<i>Outros Rendimentos Similares</i>	0,00 €	11.522,20 €	0,00%
<i>Outros Rendimento</i>	15.000,00 €	0,00 €	0,00%

Para uma análise mais detalhada dos contratos programas assinados entre IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude, contratos estes que representam a grande maioria de receitas da FPV foi analisado o cumprimento destes projetos com dados retirados da contabilidade analítica. De realçar que não podem ser transferidas verbas entre contratos-programa.

Ao analisar a contabilidade analítica da FPV e comparando com a informação da Demonstração dos Resultados, encontramos valores que foram classificados na contabilidade financeira como ativos fixos tangíveis no valor de 20.288€ e os FCT – Fundos de Compensação de Trabalho, no valor de 48€ que também foram incluídos na contabilidade analítica.

Relativamente ao exercício económico de 2015, obtivemos as seguintes informações:

Tipo Contrato	Total Contrato	Valor recebido	Valor regularizado	Por receber	Despesas Realizadas Relatório Final	Despesas Realizadas-CC	Desvio
Desenvolvimento da Prática Desportiva, Enquadramento Técnico, Alto rendimento e Seleções Nacionais	0	0	0	0			0
Actividades Regulares	635.000	635.000	0	0	877.156	877.156	(242.156)
<i>Organização e Gestão</i>	83.900				234.408	234.408	(150.508)
<i>Desenvolvimento da Prática Desportiva</i>	237.100				281.472	281.472	(44.372)
<i>Seleções Nacionais e Alto rendimento</i>	314.000				361.275	361.275	(47.275)
Apoio à actividade Desportiva - Programa de Promoção da Vela e do Mar	27.500	27.500	0	0		27.512	(12)
Formação de Recursos Humanos	6.000	6.000	0	0		15.637	(9.637)
Eventos Desportivos Internacionais - 49er 2015 European Championships	25.000	11.057	12.500	1.443	9.346	11.057	1.443
Vela Paralímpica	10.000	0	10.000	0		0	0
	703.500	679.557	22.500	1.443	886.501	931.362	(250.362)

Nos projetos do IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude, o que foi efetivamente gasto superou o recebido nos contratos-programa, com exceção do contrato para Eventos Desportivos Internacionais, no qual se verificou, em 2016 a devolução do valor de 1.443€

Em relação ao COP – Comité Olímpico Português em 2015 foi recebido o valor de 161.900€ e os gastos ascendem a 176.480€, que já excedem o valor recebido.

Relativamente ao exercício económico até setembro de 2016, obtivemos as seguintes informações:

Tipo Contrato	Total Contrato	Valor recebido	Valor regularizado	Por receber	Despesas Realizadas Relatório Final	Despesas Realizadas-CC	Desvio	Observações
Actividades Regulares	660.000	492.930	0	167.070	0	438.964	221.036	
<i>Organização e Gestão</i>	86.000					161.309	(75.309)	
<i>Desenvolvimento da Prática Desportiva</i>	237.000					106.707	130.293	
<i>Seleções Nacionais e Alto rendimento</i>	337.000					170.949	166.051	
Eventos Desportivos Internacionais - Campeonato do Mundo da Classe Internacional Optimist	15.000	10.250		4.750		20.907	(5.907)	
Eventos Desportivos Internacionais - Campeonato Mundial Classe 5820 Cascais	12.000	6.000		6.000		0	12.000	
Apoio à actividade Desportiva - Programa de Promoção da Vela e do Mar	50.000	50.000	0	0		9.270	40.730	
<i>IDPJ</i>	40.000	40.000		0				
<i>INR, I.P.</i>	10.000	10.000		0				(a)
Eventos Desportivos Internacionais - Campeonato Europeu da Classe Sharpie - Aveiro	4.500	2.250		2.250		0	4.500	
Formação de Recursos Humanos						7.907	(7.907)	
Total ...	741.500	561.430	0	180.070	0	477.049	264.451	
		76%	0%	24%		64%	36%	

(a) Recebido em Set pelo INR registado na #752

Podemos verificar que até Setembro de 2016 foram realizadas despesas que representam cerca de 64% do valor total dos contratos-programa, podendo ainda haver gastos até ao final do ano de 2016 que completem a realização dos contratos.

Este desvio seria menos significativo se já tivessem sido registados os contratos com as Associações Regionais, os quais constavam do plano de atividades e orçamento de 2016, pelo valor de 137.600€, mas que, no final de 2016, apenas se prevê o pagamento de 67.600€.

Em relação ao COP – Comité Olímpico Português até setembro de 2016 foi recebido o valor de 187.211€ e os gastos INR ascendem a 250.883€, o que excede o valor recebido.



4.6. Circularização de Advogados

Contactámos o advogado da FPV, Dr. José Motta Veiga, afim da obtenção de informação sobre os processos contenciosos em curso e eventuais responsabilidades da FPV, mas até à data deste relatório não obtivemos qualquer resposta.

A FPV rescindiu o contrato de prestação de serviços em 24 de outubro de 2016 com efeitos a 1 de Abril de 2017, pois os contratos são anuais renovados automaticamente.

A FPV disponibilizou a resposta de carta de rescisão de contrato junto da qual está a listagem de processos existentes, e que apresentamos, mas não nos foi possível identificar as responsabilidades em valor.

Nº Processo	Descrição	Tipo de Ação	Tribunal
1913/15.5BELSB	Pedro Moura	Principal	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
1618/15.2BELSB	Pedro Moura	Cautelar	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
917/16.0BELSB	Mandatos	Cautelar	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
247/16.8BELSB	Mandatos	Principal	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
1219/16.8BELSB	GH e APR	Principal	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
1735/11.8BELSB	Devolução IPDJ	Principal	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
1734/11.0BELSB	Devolução IPDJ	Cautelar	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
1784/10.3BELSB	Devolução de Verbas SEJD	Principal	Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa
2217/13.9TTLSB1	Verbas Luis Rocha		Lisboa - Inst. Central - 1º Sec. Trabalho - J 3
23326/16.7YIPRT	Mar de Historias	Julg 13/12	Lisboa - Inst. Local - Sec. Cível - J 24
240/13.2TVLSB-B11	Rec. Cautelar	Recurso	Lisboa - tribunal Relação - 2ª Secção
240/13.2TVLSB	Rec. ARVM / APR		Lisboa - Inst. Central - 1º Sec. Cível - J 1

5. CONTROLO INTERNO

O sistema de controlo interno de uma entidade consiste num conjunto de políticas e procedimentos que visam assegurar:

- A concretização dos objetivos e a gestão eficiente da sua atividade;
- O cumprimento das leis e regulamentos;
- A prevenção e deteção de fraude e erros;
- A preparação tempestiva de informação financeira credível.
- O rigor e a plenitude dos registos contabilísticos;

Uma vez que a anterior equipa terminou funções em meados de outubro de 2016, a nossa verificação das normas e procedimentos de controlo foi limitada, destinando-se apenas a garantir a inexistência de responsabilidades não refletidas.



Todavia, tanto quanto nos foi dado observar, a apresentação das despesas por praticantes, juizes, dirigentes e outros funcionários não tem sido efetuada do modo mais correto, carecendo de mudanças. Propomos a adopção de impresso próprio onde possam ser anexadas as despesas anexadas e o motivo das mesmas, a responsabilidade de quem as aprova e a informação sobre quem as apresenta. Caso exista um adiantamento prévio, também deve ser deixada evidência que permita uma adequada prestação de contas e pista de controlo. Para além do referido, deve ser emitido uma norma / ordem de serviço donde conste limites temporais de apresentação de despesas e informação sobre requisitos legais, fiscais e limites financeiros dos documentos financeiros de despesa.

Também se verificou a inexistência de um manual de procedimentos internos na FPV.

Deste modo, recomendamos a sistematização de um manual de procedimentos interno, com a definição e segregação de funções, regras controlo administrativo, contabilístico e orçamental por atividade / programa.

As normas antes referidas definem os níveis de responsabilidade e de autorização para os ciclos de vendas, compras e despesa, tesouraria, imobilizado e pessoal. Dever-se-á atender aos montantes envolvidos bem como à natureza das operações.

Por fim, devem ser definidos calendários de prestação de contas e análise da contabilidade orçamental.



6. CONCLUSÕES

Ao longo do trabalho da auditoria às Demonstrações Financeiras da FPV, a 30 de setembro de 2016, detetámos algumas lacunas ao nível da organização e da contabilidade, que nos levam a recomendar algumas alterações às demonstrações financeiras.

De entre as situações detetadas ao nível de responsabilidades não registadas destacamos:

1. Contratos-Programa de apoio ao funcionamento das associações que de acordo com o orçamento aprovado pelos sócios da Federação e o apoio do IPDJ ascende a 67.600€, dos quais 60.000€ destinados a apoiar o funcionamento das Associações Regionais e 7.600€ de apoio ao quadro competitivo regional.
2. Comparticipação devidas ao corpo de juizes em provas desenvolvidas em 2010, aproximadamente 29.000€.

Não tendo sido obtida resposta ao advogado avençado da Federação até Março de 2017, não estamos em condições de apurar, em definitivo, quais os encargos inerentes a processos judiciais em curso.

Por sua vez, posteriormente à data de referência deste relatório (30 de setembro e 2016), verifica-se a renegociação de créditos o fornecedor Mar de Histórias, tendo-se verificado um perdão de parte da dívida. Em relação aos fornecedores Tui Portugal e Vila Galé acordaram-se verbalmente pagamentos prestacionais.

Para a apresentação dos registos contabilísticos segregámos o efeito dos contratos programa no ativo e no passivo e recomendamos que exista uma alteração nas contas atualmente utilizadas, sugerimos que inicialmente o valor seja registado a crédito de rendimento a reconhecer sendo imputado o proveito à medida que se verifica a execução dos programas. Também recomendamos uma maior consistência no registo das operações com os sócios da federação, utilizando a conta existente para o efeito, isto é, as operações relacionadas com as Associações Regionais de Vela não devem ser indiscriminadamente registadas na conta 266 – Fundadores/Beneméritos/Associados/Patrocínios/Membros como na conta 278 – Outros devedores e credores, sendo recomendável a utilização, sempre, do primeiro código indicado.



A nível da execução dos projetos, não nos foi dado a perceber que a contabilidade proceda ao acompanhamento regular dos projetos financiados pelo IDP e pelo COP, que lhe permita controlar os gastos destes projetos de forma a não exceder as verbas contratualizadas e recebidas.

A direção geral dispõe de informação por projeto onde reúne as informações consideradas necessárias, desde correspondência, formulários de candidatura, contratos e aditamentos, relatórios intermédios e finais.

Ao nível do controlo interno, constatámos que não existem manuais de procedimentos de controlo interno, que orientem a hierarquia e comunicação entre os diversos departamentos / funcionários, nomeadamente na realização de receitas e despesas e gestão de informação.

No que diz respeito à Gestão e Execução Orçamental verificam-se sérias dificuldades de tesouraria, o que é um incentivo à gestão criativa dos fundos e das despesas inerentes a cada projeto, e que implicam um grau de controlo interno maior.

Por fim, a situação económica e financeira da Federação é preocupante sendo crucial o apoio institucional que terá de ir muito além dos habituais contratos programa.

Lisboa, 16 de janeiro de 2017

José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas"



7. ANEXOS

Contas a Receber – Despesas

NOME	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	total
Afonso Domingos	1.149	0	0	0	0	0	0	0	1.149
Sara Carmo	3.171	269	(749)	0	0	0	0	0	2.691
Frederico Melo	0	434	0	0	0	0	0	0	434
Álvaro Marinho	156	68	0	0	0	0	0	0	224
Gustavo Lima	7.357	453	(3.000)	3.945	(1.360)	(2.086)	0	0	5.309
Eduardo Marques	123	347	0	0	0	0	0	0	470
Rui Silveira	1.231	(644)	0	0	0	0	0	0	587
António Gouveia	687	0	0	0	0	0	0	0	687
Rui Reis	2.089	0	0	0	0	0	0	0	2.089
Fernando Kuo	4.964	(1.461)	0	0	0	0	0	0	3.504
Rui Costa	136	0	0	0	0	0	0	0	136
João Luis Aranda Correia	0	0	0	0	130	0	0	0	130
João Pedro Cascais	0	0	0	50	100	0	(2.049)	2.071	172
Paulo Câmara Martins	0	0	0	0	0	55	0	0	55
Rui Emanuel de Carvalho Raimundo	0	0	0	100	100	0	0	0	200
Miguel Allen	0	0	0	100	100	0	275	(379)	96
Nuno Maria Gonçalves Henriques	0	0	0	0	0	55	0	0	55
João Silva	40	0	0	0	0	0	0	0	40
Carlos Augusto Sousa Faro Clara	0	0	0	0	0	0	280	0	280
Diana Pereira Neves	0	0	316	(36)	0	0	0	0	280
Rui Manuel Santos Gonçalves Henriques	0	0	0	0	0	55	0	0	55
Bernardino Boto	50	0	0	0	0	0	0	0	50
José Jorge Martins Tavares	0	0	0	50	250	0	0	0	300
Tessa Galhardo	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Carolina João	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Abel Fernando da Assunção Nunes	0	0	0	0	50	0	0	0	50
António José Ferreira Peters	0	50	(160)	0	150	0	0	0	40
Fernando Luis Magalhães do Amaral	0	0	0	0	65	0	0	0	65
Fernando Jorge Marques da Silva Cruz	25	(110)	0	50	100	0	0	0	65
Paulo Baptista	34	0	0	0	0	0	0	0	34
António Góis	50	0	0	0	0	0	0	0	50
Luis Brito	0	778	0	0	0	0	0	0	778
Gonçalo Pires	1.410	0	0	0	0	0	0	0	1.410
TOTAL DESPESAS A RECEBER	22.681	184	(3.593)	4.259	(315)	(1.921)	(1.495)	1.692	21.493



Contas a Pagar – Despesas

NOME	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	total
António Matos Rosa	815	(10.904)	(362)	0	0	0	0	0	(10.452)
Jorge Lima/José Luis Costa	(1.340)	(1.584)	0	0	0	0	0	0	(2.924)
João Rodrigues	(668)	1.932	(2.185)	4.765	(7.369)	0	0	0	(3.525)
Pedro Miguel Soares Rodrigues	(1.932)	892	569	534	135	(798)	(795)	0	(1.397)
Luis Filipe Pereira Brites	0	0	0	0	(15)	0	0	0	(15)
Armando Castro Goulartt Branco	0	20	50	50	100	0	(565)	0	(345)
João Manuel Ramos Allen	0	0	0	0	0	0	0	(207)	(207)
Duarte Nuno Afonso Araújo	0	40	95	100	350	0	(712)	0	(127)
António Mata	(32)	0	0	0	0	0	0	0	(32)
Miguel Nogueira Gomes	0	121	0	170	120	180	(891)	0	(300)
José Cancellia de Abreu	40	0	50	50	989	0	33	(1.600)	(438)
Pedro Cunha	(44)	0	0	0	0	0	0	0	(44)
Adelino Rocha	(692)	(1.807)	(2.495)	(2.236)	0	(1.418)	(4.225)	0	(12.872)
José Manuel Leandro	(1.646)	824	1.825	8.476	(7.852)	3.806	(8.476)	0	(3.044)
José Manuel Lopes Teixeira	(1.163)	0	0	0	0	0	0	0	(1.163)
Hugo Batalha	0	0	0	0	(122)	0	0	0	(122)
Sérgio Duarte	(383)	0	0	0	0	0	0	0	(383)
João Villas Boas	(720)	0	0	0	0	0	0	0	(720)
Santiago Sampaio	(1.155)	0	0	0	0	0	0	0	(1.155)
L'Équipe	0	(2.801)	0	0	0	0	0	0	(2.801)
Sebastião Castro	(32)	0	0	0	0	0	0	0	(32)
Nuno Miguel Assis Valadas da Silva	(96)	0	0	0	0	0	0	0	(96)
Ricardo Marques	(709)	0	0	0	0	0	0	0	(709)
TOTAL DESPESAS A PAGAR	(9.757)	(13.268)	(2.453)	11.909	(13.665)	1.770	(15.633)	(1.806)	(42.903)



APÊNDICE

A. Enquadramento em IRC

A Federação Portuguesa de Vela é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos, regida pelo regime jurídico das federações desportivas aprovado pela Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) e Decreto-Lei 248-B/2008, de 31.12 (regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva).

A FPV poderá beneficiar da isenção de IRC relativamente aos rendimentos derivados das suas atividades, culturais, recreativas e desportivas caso se verifique cumulativamente, o disposto no n.º 3 do artigo 10º do CIRC (anterior n.º 3 do artigo 11.º):

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública (...);
- b) (...)
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas

A isenção referida não abrange, os rendimentos provenientes de qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola exercida, ainda que a título acessório, em ligação com essas atividades e, nomeadamente, os provenientes de publicidade, (...).

Ainda assim, estes rendimentos sujeitos e não isentos, podem não ser tributados, ao abrigo do nº 1 do artigo 54º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), desde que a totalidade desses rendimentos não exceda 7.500,00€.

Tem sido entendimento dos órgãos estatutários que a Federação é tendencialmente isenta, sujeitando apenas os rendimentos provenientes de qualquer atividade comercial.



Para tanto, a FPV efetua a separação dos custos diretos e comuns, afetos aos rendimentos tributados em sede de IRC. Face ao disposto do n.º 1 do artigo 54º do CIRC, consideram-se custos diretos os que estão especificamente ligados à obtenção dos rendimentos sujeitos a tributação em sede de IRC e custos comuns os que estão ligados simultaneamente aquele tipo de rendimentos e aos isentos de imposto. Esta separação terá de ser clara e passível de identificação direta na contabilidade, geral e analítica, através de um sistema de contas ajustado às diferentes atividades exercidas pela FPV e regime fiscal aplicável.

Nós temos uma opinião distinta quanto à possibilidade da Federação continuar a beneficiar da isenção.

Assim, a partir do momento em que o Presidente da Federação, membro da direção por inerência, passou a trabalhar a tempo inteiro na FPV, sendo remunerado por isso, passou a existir um membro dos órgãos estatutários com interesse direto ou indireto nos resultados da exploração das atividades económicas prosseguidas pela entidade isenta, perdendo a FPV a possibilidade de beneficiar da isenção de IRC.

Se em termos de cálculo direto do IRC, devido pela perda da qualidade de isento, pode não acarretar responsabilidades significativas, o mesmo não se poderá dizer das coimas que podem surgir caso haja uma fiscalização nesse sentido, bem como o impacto proveniente da fraca qualidade do suporte documental de muitas das despesas afetas à atividade considerada, até agora, isenta.

B. Enquadramento em IVA

A FPV está enquadrada no regime normal de periodicidade mensal e caracteriza-se, nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 2º do CIVA, por ser um sujeito passivo de IVA, vulgarmente designado por sujeito passivo misto, porque:

- a) Existem atividades isentas de tributação por ficarem enquadradas no artigo 9º do CIVA tais como: Subvenção do Estado, quotas de Sócios, taxas cobradas por licenças, inscrições e emissão de cartões, donativos



- b) Existem atividades sujeitas a tributação por força da subvenção às normas dos artigos 1º, 3º e 4º do CIVA, tais como: vendas de mercadorias em “Merchandising”, publicidade e/ou patrocínios, aluguer de embarcações

Nestes termos, o imposto suportado na aquisição só poderá ser objeto de dedução mediante a utilização das seguintes metodologias: metodologia da afetação real, metodologia de percentagem de dedução do prorata e ainda coexistência de afetação real e pro-rata de dedução específico e geral.

C. Segurança Social

A 30 de setembro existiam atrasos nos pagamentos da segurança social, que foram suprimidos, quase integralmente, até novembro de 2016. Para além disso, como referido no corpo do relatório emitido nesta data existe um plano de pagamento para as contribuições relativas aos períodos de Junho, Julho e Agosto de 2015, que tem sido respeitado.

D. Formulário e pagamentos

As declarações fiscais (periódicas do IVA, Declaração Mensal de Remunerações e IRC (Modelo 22)) são entregues pela Contabilista Certificada que valida o conteúdo das declarações pelos extratos contabilísticos da conta #24.

As retenções na fonte de IRS e contribuições para a segurança social são pagas mensalmente pela Chefe de Tesouraria com base no processamento dos salários e honorários efetuados no módulo de recursos humanos do PRIMAVERA.

Apenas as retenções de IRS sobre honorários a funcionários são integradas automaticamente. Para os restantes honorários, os recibos verdes são contabilizados manualmente pelo Auxiliar de Contabilidade.